

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.155 - SP (2018/0325712-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -
SP303021
RECORRIDO : ANA MARY SOUZA VALVERDE
RECORRIDO : MARCOS VALVERDE CAVAGLIERI
RECORRIDO : JESSICA CAVAGLIERI
RECORRIDO : ROBERTO ALEXANDRE CAVAGLIERI
ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI - SP190663

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO Inocorrência da prescrição Eficácia **erga omnes** da sentença proferida na ação coletiva Os credores podem promover o cumprimento do julgado no foro da comarca dos seus domicílios Desnecessidade da comprovação da associação dos poupadores ao IDEC Legitimidade ativa configurada Descabimento da suspensão da execução individual Determinação do STJ que envolve execuções da sentença proferida em demanda coletiva diversa Inaplicabilidade Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública Incidência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito A utilização da referida Tabela acarreta, automaticamente, a incidência do percentual de 42,72% para janeiro e de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989 Recurso improvido.

A parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os artigos 465, 477, 485, 783 e 786 do Código de Processo Civil (CPC) de 2015; o artigo 219 do CPC de 1973; os artigos 95, 97 e 104 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; os artigos 189, 202, 206 e 884 do Código Civil; o artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; e os artigos 5º e 16 da Lei 7.347/1985. Argui ilegitimidade ativa e incompetência jurisdicional. Suscita prescrição. Argumenta que os juros de mora devem incidir a partir da citação na execução. Explica que o débito deve ser corrigido monetariamente sem a inclusão de

Superior Tribunal de Justiça

expurgos inflacionários decorrentes da implementação de planos governamentais de estabilização econômico-monetária posteriores ao plano Verão (janeiro de 1989). Reclama de ofensa à coisa julgada, de excesso de execução e de enriquecimento ilícito. Requer a suspensão do feito e a realização de perícia. Sustenta a necessidade de liquidação do título oriundo da ação civil pública. Pretende o afastamento dos juros remuneratórios.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos especiais repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora